



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO**  
**Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201988002001	Distribuição: 05/12/2019
Número Único: 0065244-36.2019.8.25.0001	Competência: 1ª Vara Cível de Socorro
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

**Dados das Partes**

Requerente: IRACI VIEIRA RAMOS  
Endereço: Rua 13  
Complemento:  
Bairro: Marcos Freire II  
Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO - Estado: SE - CEP: 49160000  
Requerente: Advogado(a): EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR 11154/SE  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: (5º Andar)  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO**  
**Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO  
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

05/12/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Processo gerado a partir da redistribuição do processo 201940601826 da(o) Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201940601826	Distribuição: 25/11/2019
Número Único: 0065244-36.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

**Dados das Partes**

Requerente: IRACI VIEIRA RAMOS  
Endereço: Rua 13  
Complemento:  
Bairro: Marcos Freire II  
Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO - Estado: SE - CEP: 49160000  
Advogado(a): EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR 11154/SE  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: (5º Andar)  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**DATA:**

25/11/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940601826, referente ao protocolo nº 20191125193805975, do dia 25/11/2019, às 19h38min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Ato Ilícito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

**IRACI VIEIRA RAMOS**, brasileira, solteira, camareira, inscrito no CPF/MF sob número 048.433.865-02 e Registro Geral sob o N.º 3.436.260-6, residente e domiciliado à Rua 13, conjunto Marcos Freire 2, Bairro Taiçoca, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49160-000, por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

#### AÇÃO DE COBRANÇA

em face da SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

#### I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, labora como camareira, é pessoa humilde, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPD, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça.

#### II. DOS FATOS:

A parte autora no dia 19 de dezembro de 2018, conforme consta no registro de ocorrência policial, sofreu acidente de trânsito quando, a motocicleta que conduzia, chocou-se, em via pública, com outra motocicleta. Do evento restou o demandante com consideravelmente graves, lesões corporais.

Posteriormente ao fato, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, tudo em virtude da gravidade dos ferimentos. Ao ser atendido, fora constatado que a mesma sofrera fratura na clavícula, necessitando realizar procedimento cirúrgico.

Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré,

requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido cadastrado com o número de sinistro 3190257014.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada pela seguradora que seu pedido de indenização fora cancelado em virtude de não se justificar a cobertura pleiteada, face ser a vítima a proprietária do veículo e estar o mesmo com o pagamento do Seguro DPVAT caracterizado como irregular, ou seja, com pagamento em atraso.

Entendimento apresentado como caracterizador da negativa de pagamento não é condizente com a previsão legal, pois contraria claramente dispositivos constantes na LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que não desautoriza ou impossibilita o pagamento da indenização para proprietários em caso de inadimplência.

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que foram consideráveis as perdas funcionais e dificuldades físicas remanescentes, porém, a parte ré nega, sumariamente, a análise dos mesmos, adotando entendimento diverso do claramente previsto na legislação que trata do tema.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.



O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz mencionar, Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

#### Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

**Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.**

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

### 3.2 DA POSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NO CASO DE PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO

A negativa de pagamento por parte da ré, não encontra nenhum amparo legal, é aplicada em desacordo com a legislação que trata do assunto, bem como, vai de encontro a entendimento já sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ainda, contraria farta jurisprudência que trata do tema.

Cite-se os dispositivos da lei 6.194/74 e que claramente dão amparo à pretensão autoral:

*Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (grifei).*

Ainda, cite-se SUMULA 257 DO STJ:

*A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.*

Ademais, cite-se entendimento do R. Tribunal de Justiça deste Estado:

*RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO QUE NÃO IMPORTA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DA COBERTURA. SÚMULA N. 257 DO STJ. NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E DESPESAS COMPROVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA COM PREVISÃO NA SÚMULA N. 14 DAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA QUE DETERMINOU CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE, NA HIPÓTESE, EQUIVALE À DATA DO PAGAMENTO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007740095, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Luis Antonio Behrens Dorf Gomes da Silva, Julgado em 19/09/2018).*

*APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Despesas médicas. O artigo 3º, III, da Lei n.º 6.194/74 estabelece que é devido o reembolso das despesas devidamente comprovadas. Comprovado o nexo causal entre o acidente narrado e os gastos médicos efetuados em quantia superior, deve ser determinado o ressarcimento. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70078649712, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).*

*APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA*

257 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO SINISTRO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Correção monetária. Incidência desde a data do sinistro. Súmula n. 580 do STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078447521, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SÚMULA 257 DO STJ. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DESCABIDA. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. A matéria trazida em grau recursal diz respeito tão somente a alegação de inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. O egrégio STJ, já consolidou o entendimento através da Súmula 257 do egrégio STJ, de que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Sentença mantida com a condenação da seguradora ao pagamento de indenização. APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível Nº 70078371598, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Julgado em 30/08/2018). (grifei).

Ante todo o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, independentemente do momento em que o prêmio do seguro foi quitado.

#### IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

4.2. Seja recebida a presente, cadastrada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

**4.2.1. Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que NÃO possui interesse na realização de audiência de conciliação;**

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à autora a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:

4.4.1. Que se declare devido à parte autora o pagamento da indenização do seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, com valor a ser quantificado após **realização de perícia médica.**

4.4.2. Condenar a demandada ao pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT - INVALIDEZ, com valor a ser quantificado após realização de perícia técnica.

4.4.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais).

Termos em que,  
pede deferimento.

Aracaju/SE 27 de junho de 2019

Ednaldo Bezerra da Silva Júnior

OAB/SE 11.154





**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado:

**OUTORGANTE:** IRACI VIEIRA RAMOS, brasileira, solteira, camareira, portador de cedula de identidade nº 3.436.260-6 ssp/se, inscrito no cadastro de pessoa fisica CPF nº 048.433.865-02, residente e domiciliado na rua treze nº 112, conjunto marcos freire II, bairro taíçoca Cidade Nossa senhora do socorro estado do sergipe , CEP 49160-000, Constituo e nomeio-os bastantes procuradores:

**OUTORGADA:** EDNALDO BEZERRA DA SILVA JÚNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SE 11.154 e JOÃO MARCELO DE CAMPOS LIMA ROBERTINA, brasileiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/PI 13.646, com endereço profissional na Av Augusto Maynard, 554, Sala 101; Pavimento 02, São Jose, Aracaju, SE, CEP 49015380.

**OBJETO:** representar o Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

**PODERES:** Por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, incluindo **AÇÕES INDENIZATÓRIAS**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, bem como em **SEGURADORAS**, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga os advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do artigo 105 da Lei nº: 13.105/2015.

Aracaju/SE, 25 de novembro de 2019

(OUTORGANTE)

# BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 018.393.956



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA  
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

## DADOS DO CLIENTE

DAVID PEREIRA SANTOS  
RUA TREZE 112  
NOSSA SENHORA DO SOCORRO

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

**3/959679-2**

### REFERÊNCIA

**NOV/2019**

### APRESENTAÇÃO

**07/11/2019**

### CONSUMO

**22**

### VENCIMENTO

**14/11/2019**

### TOTAL A PAGAR

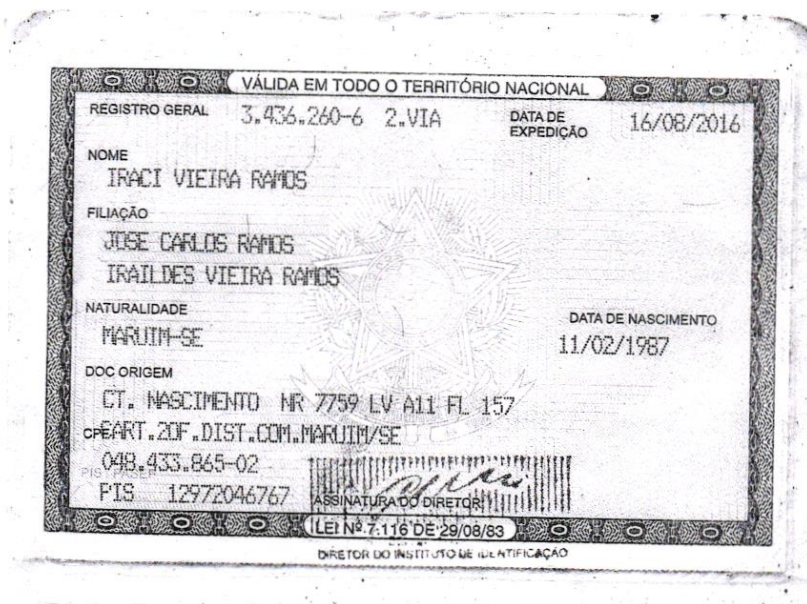
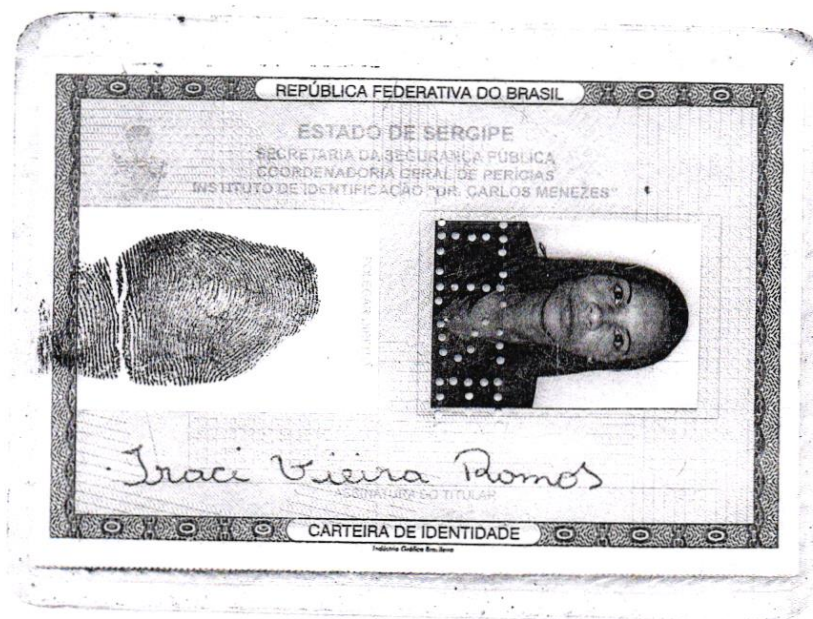
**R\$ 19,45**

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 03087.893008 03915.436178 5 80730000001945				
Pagador: DAVID PEREIRA SANTOS CNPJ/CPF: 956.548.285-68				
RUA TREZE 112 - TAICOCA - NOSSA SENHORA DO SOCORRO / SE - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930003915436	000959679201911	14/11/2019	R\$ 19,45	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA				13.017.462/0001-63
RUA MIN APOLONIO SALES, 00081 - - INACIO BARBOSA - ARACAJU / SE - CEP 49040-150				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/178003-4				











GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

513778

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 027952/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 14/03/2019 10:19 Data/Hora Fim: 14/03/2019 10:32  
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito  
Data/Hora do Fato: 19/10/2018 11:00

Local do Fato

Município: Nossa Senhora do Socorro (SE)  
Logradouro: Avenida Coletora A  
Complemento: em frente ao shopping

Tipo do Local: Via Pública



Bairro: Conjunto Joao Alves

CEP: 49.160-000

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: IRACI VIEIRA RAMOS (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Maruim Sexo: Feminino Nasc: 11/02/1987  
Profissão: Camareiro  
Estado Civil: Solteiro(a)  
Nome da Mãe: Iraldes Vieira Ramos Nome do Pai: José Carlos Ramos

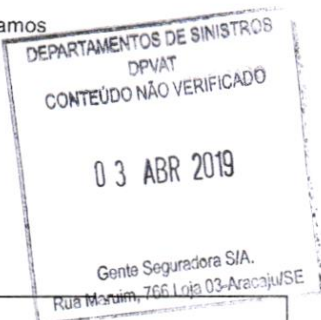
Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 048.433.865-02

Endereço

Município: Nossa Senhora do Socorro - SE  
Logradouro: Rua 13  
Bairro: Taíçoca  
Telefone: (79) 98121-8748 (Celular)

Nº: 112



Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 048.433.865-02	Placa QKX7872
Renavam 01097820391	Número do Motor 1P39FMBA3004904
Número do Chassi LTEXCBLBXD3021778	Ano/Modelo Fabricação 2013/2013
Cor VERMELHA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Maruim	Marca/Modelo I/CHARMING BULL KRC50
Modelo I/CHARMING BULL KRC50	Veículo Adulterado? Não



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida  
Data de Impressão: 14/03/2019 10:32  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 027952/2019

Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 12/05/2017	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Iraci Vieira Ramos	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

Relata que conduzia sua motocicleta saindo do Shopping Premio e acessando a avenida Coletora A; QUE assim que acessou a via foi abalroada por outra moto, cujo condutor avançou a sinal vermelho, causando a colisão; QUE acabou não anotando a placa da moto dele; QUE foi levada por um terceiro para o hospital Nestor Piva, onde foi constatada fratura na clavícula esquerda; QUE passou por procedimento cirúrgico no hospital Gabriel Soares.

ASSINATURAS

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida  
Escrivão de Polícia Judiciária

Carlos Rodrigo Ribeiro de Almeida  
Responsável pelo Atendimento

Iraci Vieira Ramos  
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - SE		Nº 013394396008	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	RNTRC	EXERCÍCIO
1	01097820391	00000000000	2017
NOME			
LACI VILHA RATIONIS			
CPF/CNPJ			
048.453.865-02		PLACA	
QKX7872		QKX7872	
PLACA ANT/UF		CHASSI	
QKX7872/SE		L1EXC6L3XD3021778	
ESPECIE TIPO		COMBUSTIVEL	
PAS/CICLOMOTOR/BIELTRIA		GASOLINA	
MARCA/MODELO		ANO FAB.	ANO MOD.
1/CHARLING BULL KRC50		2013	2013
CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
2P06CV/49CC	PARTEIC	VERMELHA	
COTA UNICA	VENC. COTA UNICA	VENC. COTAS	
0000000000	00000000000000	1º 0000000000	
FAIXA I.P.V.A.	PARCELAMENTO/COTAS	2º 0000000000	
0000000000	00000000000000	3º 0000000000	
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
0000000000	00000000	00000000	0000000000
OBSERVAÇÕES			
DOCUMENTO DE PORTA OBRIGATORIO			
SEM RESTRICOES			
MANUTEN-SE	LOCAL	DATA	
MANUTEN-SE	12/05/2017	12/05/2017	
DETRAN-PRESIDENTE			

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
03 ABR 2019  
Gente Seguradora S/A.  
Rua Marum, 766 Loja 03-Aracaju/SE



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **IRACI VIEIRA RAMOS**, brasileira, camareira, portador de cédula de identidade nº 3.436.260-6 ssp/se e inscrito no cadastro de pessoas físicas nº 048.433.865-02, residente e domiciliado na rua Treze nº112, conjunto Marcos Freire II bairro Taiçoca, cidade Nossa Senhora do Socorro estado Sergipe **DECLARO**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

25 de novembro de 2019

Iraci Vieira Ramos

Iraci Vieira Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO Dr. NESTOR PIVA



## FICHA DE ATENDIMENTO

DATA: 17/09/18

Identificação do Paciente

Hora de entrada: 11 e 17

Nome: Isaac Vieira Ramos Cartão SUS:

Sexo: Masc ( ) Fem (X) Data de Nascimento: 11/12/82 RG: 34362606

Nome da Mãe: Jureldes Viana Ramos Tel. contato:

Endereço: R. S. por. Port. Br. Salom

## I - AVALIAÇÃO POR TRIAGEM - PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL - ENFERMAGEM

## 1. QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO:

2. ALERGIA: ( ) Não ( ) Sim, Qual? :

3. MEDICAÇÕES EM USO:

4. ANTECEDENTES CLÍNICOS: ( ) DM ( ) Cardiopatia ( ) HAS ( ) Gestante ( ) OUTROS QUAL?

5. DADOS VITAIS: P.A. \_\_\_\_ x \_\_\_\_ GL \_\_\_\_ T° \_\_\_\_ F.C. \_\_\_\_ F.R. \_\_\_\_

6. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: ( ) AZUL ( ) VERDE ( ) AMARELO ( ) VERMELHO

## II - HISTÓRIA CLÍNICA - PREENCHIMENTO PELO PROFISSIONAL MÉDICO

Paciente após acidente Moto x Moto, estava em  
uso de capacete. Não desmaiou ou vomitou.  
do B.P.: (A) (B) (C) sem alterações;

(D) alongou 15  
(E) dor e edema a clavícula Esq.  
Altera flexão e extensão.  
Ed: Analgésico  
Radiografias.

Dr. José Torres Neto  
Cirurgia Geral  
CRM - 4809

Cham radiografias de cervical e torax sem alterações,  
Rx de ombro Esq. com fratura de clavícula  
Ed: Analgésico do tipo paracetamol  
do do curativo curativo.

## EXAME FÍSICO

Dr. José Torres Neto  
Cirurgia Geral  
CRM - 4809



CONDUITA / PRESCRIÇÃO :

HORARIO

RUBRICA  
ENFERMAGEM

④ Dipirone 02 + 02 l AA . IV  
⑤ Propofol 10mg + SF0.9% 100ml . IV.

Dr. José Torres Neto  
Cirurgia Geral  
CRM - 4809

19/10/18 - Ortopedia - 12:50

Deleção qto lq. e fratura na  
doença e, cl. de + Depressão  
Re doença e A  
57. Fratura de osso

EXAMES SOLICITADOS / OUTROS PROCEDIMENTOS

cl. : Exame de urina

Ad. Hosp. H. com M. T. T.

Cur

01/10/2018 - 08:00  
01/10/2018 - 08:00  
01/10/2018 - 08:00

EVOLUÇÃO MULTIPROFISSIONAL:

DESTINO DO PACIENTE :

( ) ENCAMINHAMENTO:

( ) INTERNAÇÃO HOSPITALAR

( ) TRANSFERÊNCIA:

( ) EVASAO:

( ) ÓBITO

( ) ALTA COM ORIENTAÇÃO

HORA : \_\_\_\_\_



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA  
**HOSPITAL Dr. NESTOR PIVA**

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

03 ABR 2019

Gente Seguradora S/A.  
Rua Marim, 766 Loja 03-Aracaju/SE

## RELATÓRIO MÉDICO

João Vitor Ramos foi  
atendido no Centro Cirúrgico  
em 19.10.18 vítima de acidente  
de trânsito. Após exame  
predominante medular, foi  
encaminhado para tratamento  
cirúrgico de fratura crural  
conforme conduta em seu  
prontuário

Cid 707

26/02/19

Dr. Esdras Fagundes Ferreira  
Cirurgia Geral  
CRM 2208

**Dr. Esdras Fagundes Ferreira**  
Coord. dos Médicos Ortopedistas e Cirurgiões - REUE



FICHA DE REGISTRO INTERNAÇÃO  
DADOS PESSOAISAtendimento  
54731082

20/02/2019 15:17:28

NÃO É PROPRIEDADE DO HOSPITAL. PROIBIDO SER RETIRADO DO HOSPITAL

Nome do Paciente	Sexo	Nascimento	Idade
IRACI VIEIRA RAMOS	F	11/02/1987	32
RG	CPF	Carteira Profissional	Estado Civil
34362606 SSP SE	4843386502		2-SOLTEIRO
Endereço			
R 01 4 CENTRO SOCORRO ARACAJU-SE CEP:49000000			
Telefone Residencial	Telefone Trabalho	Nome da Mãe	
981218748		IRAILDES VIEIRA RAMOS	

## DADOS DO ATENDIMENTO

Setor			
800535-RECEPCAO PRINCIPAL - HGS ARACAJU			
Data	Hora	Matricula	Tipo Documento
20/02/2019	10:44		
Paciente			Clinica
BRICIO LIMA LOBAO BITTENCOURT			4-CIRURGICA
Paciente Acompanhante			Tipo Atendimento
BRICIO LIMA LOBAO BITTENCOURT			8 DAYCLINIC INTERNACO
Avaliação médica			

## DADOS DO CONVENIO

Convenio	Plano F & P EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - ME	
800-HAPVIDA ARACAJU	2-PLANO EMPRESA ENFERMARIA - COLETIVO	
Carteira	Validade	
80612000029001015		

## DADOS DA INTERNAÇÃO

Posto	Acomodação	Leito
Procedimento	Senha	Descrição
36813100	32030045	II3803610
RAIOX CLAVICULA		





ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:14

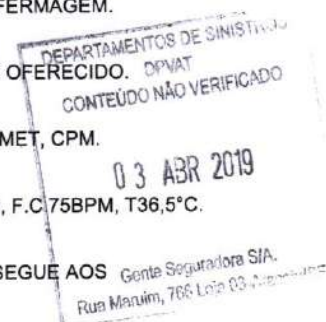
Paciente:	IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.:	11/02/1987	Atendimento:	54731082	Prontuário:	16457702
Convênio:	HAPVIDA ARACAJU	Posto:	POSTO INTERNACAO - HGS	Leito:	ENF03/3		

Profissional(is):	JOSE GOMES DE ARAUJO NETO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, COREN 1279107 [1] SILVANIA VIANA SANTOS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, COREN 1042843 [2]	Nº:	29939545	06/11/2018	às	22:34
-------------------	--	-----	----------	------------	----	-------

<b>DADOS DO PACIENTE</b>	
<b>PROCEDIMENTOS E OBSERVAÇÕES- MANHÃ</b>	
Hora	07 : 00 [2]
Hora	
Descrição	<p>07 : 00 - CLIENTE ACORDADA NO LEITO, EM USO DE AVP E SOROTERAPIA EUPNÉICA , AFEBRIL , ACIANÓTICA , ANICTÉRICA , CONSCIENTE E ORIENTADA . DEAMBULANDO SEM AUXILIO.</p> <p>08:00 - CLIENTE É CONDUZIDA POR FAMILIAR PARA A REALIZAÇÃO DO BANHO EM ASPERÇÃO , REALIZANDO HIGIENE INTIMA , ORAL HIDRATAÇÃO CORPORAL E ESTÉTICA NO LEITO.</p> <p>10:00 - RENOVARO HIDRTAÇÃO VENOSA COM SOROTERAPIA , NO MOMENTO DEIXO CLIENTE REPOUSANDO EM SEU LEITO. EM COMPANHIA DE FAMILIAR. NÃO A PRESENTA INTERCORRÊNCIAS .</p> <p>11 : 00 - FOI ADMINSTRADO DIPIRONA EV SEGUINDO A PRESCRIÇÃO E SOLICITAÇÃO MÉDICA .</p> <p>12: 00 - CLIENTE ACEITA DIETA OFERTADA PELA UNIDAD . AFERIDO SSVV . DEIXO CLIENTE TRANQUILA E SEM INTERCORRÊNCIA. EM COMPANHIA DE FAMILIAR, CONTINUA AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM .</p>
Hora	
Intercorrências	[2]
<b>PROCEDIMENTOS E OBSERVAÇÕES- TARDE</b>	
<b>PROCEDIMENTOS E OBSERVAÇÕES- NOITE</b>	
Hora	21:30 [1]
Hora	
Descrição	<p>21:30H RECEBO PACIENTE PROCEDENTE DO CC, APOS UMA FRATURA NA REGIAO CLAVICULAR E, EM COMPANIA DE FAMILIAR, CONSCIENTE E ORIENTADO EM TEMPO E ESPAÇO, VERBALIZANDO, ACIANOTICO, ANICTERICO, EUPNEICO, AFEBRIL, NORMOTENSO, NORMOCARDICO, EM USO DE AVP EM MSD SOROTERAPIA+, CURATIVO REGIAO CLAVICULAR LADO E, DIURESE PRESENTE, SEM QUEIXAS, SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.</p> <p>21:40H RENOVADO SOROTERAPIA, ACEITOU LANCHE OFERECIDO. DPNAT</p> <p>22:00H ADM DIPIRONA+CEFAZOLINA+PROFENID+PLAMET, CPM.</p> <p>24:00H REALIZADO SSVV P.10X70MMHG, F.R20 MRPM, F.C 75BPM, T36,5°C.</p> <p>04:00H NO LEITO DORMINDO, CALMA E TRANQUILA, SEGUE AOS CUIDADOS.</p> <p>06:00H ADM DIPIRONA +CEFAZOLINA +PROFENID+PLAMET, CPM. REALIZADO SSVV P.A111X70 MMHG, F.R 20 MRPM, F.C 85 BPM, T36,7°C.</p> <p>06:30H ACEITOU CAFE DA MANHA.</p> <p>07:00H DEIXO PACIENTE SEM INTERCORRENCIAS.</p>
<b>CUIDADOS DE ENFERMAGEM</b>	



## EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM INTERNAÇÃO

Pagina 1 de 1

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:15

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARACAJU	Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	Leito: ENF03/3	

Profissional(is): ALVERINA NASCIMENTO CORRÊA, ENFERMEIRO(A), COREN 587763 [1]	Nº: 29937984    06/11/2018    às 21:35
---	--

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM		
Evolução de enfermagem	PACIENTE PROCEDENTE DO CC ,REALIZOU CIRURGIA DE FRATURA DE CLAVICULA, ENCAMINHADA PARA O LEITO ,EM USO DE AVP , NEGA ALERGIA E COMORBIDADES.	[1]
DISPOSITIVOS		
Acesso Venoso Periférico	Sim	[1]

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:15

<b>Paciente:</b> IRACI VIEIRA RAMOS	<b>Dt. Nasc.:</b> 11/02/1987	<b>Atendimento:</b> 54731082	<b>Prontuário:</b> 16457702
<b>Convênio:</b> HAPVIDA ARACAJU	<b>Posto:</b> RPA - RECUPERACAO POS ANESTE	<b>Leito:</b> LR-007/1	
<b>Profissional(is):</b> BRICIO LIMA LOBAO BITTENCOURT, MÉDICO, CRM 4126 [1]		<b>Nº:</b> 29925392	<b>06/11/2018 às 15:59</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
<b>Nome</b>	IRACI VIEIRA RAMOS		[1]
<b>Sexo</b>	Feminino.		[1]
<b>Idade</b>	31 A 8 M		[1]
<b>Data De Nascimento</b>	11/02/1987		[1]
<b>Nº Atendimento</b>	54731082		[1]
<b>DADOS DO PACIENTE</b>			
<b>MOTIVOS DA INTERNAÇÃO</b>			
<b>CID10 Primário</b>	M249 DESARRANJO ARTICULAR NE		[1]
<b>COMORBIDADES</b>			
<b>GRAU DE INDEPENDÊNCIA</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS</b>			
<b>OBJETIVOS TERAPÊUTICOS</b>			
<b>Principal</b>	TTO CIRURGICO		[1]
<b>OBJETIVOS MULTIDISCIPLINARES</b>			
<b>ALTA HOSPITALAR</b>			
<b>Total De Dias</b>	1 Dias		[1]





ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:15

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARAÇAJU	Posto: RPA - RECUPERAÇÃO POS ANESTE	Leito: LR-007/1	

Profissional(is): ELISANGELA SANTOS SAMPAIO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, COREN 726275 [1]	Nº: 29928997	06/11/2018	às 17:22
--	--------------	------------	----------

PACIENTE		
Data De Admissão	06/11/2018	[1]
PRÉ-OPERATÓRIO		
Tipo De Cirurgia	Eletiva.	[1]
Data Da Cirurgia	06/11/2018	[1]
Procedimento Cirúrgico Proposto	FRATURA DE CAVICULA SQUERDA	[1]
Pulseira De Identificação	MSD.	[1]
Responsável Pelo Recebimento	SONIA	[1]
Data Recebimento Do Paciente Na Unidade	06/11/2018	[1]
Nome, dosagem, frequência	NEGA	[1]
Alergia- Descrição	NEGA	[1]
CONFORTO		
SINAIS VITAIS		
T	36 °C	[1]
Pulso	67 bpm	[1]
PA	127X78MMHG	[1]
FC	65 bpm	[1]
FR	19 mrpm	[1]
Dor	NENHUMA.	[1]
OUTROS DADOS E SINAIS		
Sat O2	100 %	[1]
DATA/HORA DA COLETA DOS DADOS		
Data	06/11/18	[1]
INTRA-OPERATÓRIO		
Responsável Pelo Recebimento	ALEX + ELISANGELA	[1]
Hora	15:30	[1]
Sala	03	[1]
Condições Da Pele ao inicio da cirurgia	CORADA E INTEGR	[1]
Início Da Anestesia	16:15	[1]
Término Da Anestesia	18:15	[1]
Início Da Cirurgia	16:50	[1]
Término Da Cirurgia	18:05	[1]
Instrumentador	WILIAN	[1]
Circulante	ALEX + ELISANGELA	[1]
Posição do paciente durante o ato operatório	Trendeleburg.	[1]

**ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS**

20/02/2019 15:15

<b>Paciente:</b> IRACI VIEIRA RAMOS	<b>Dt. Nasc.:</b> 11/02/1987	<b>Atendimento:</b> 54731082	<b>Prontuário:</b> 16457702
<b>Convênio:</b> HAPVIDA ARACAJU	<b>Posto:</b> RPA - RECUPERACAO POS ANESTE <b>Leito:</b> LR-007/1		

<b>Membro Ou Lado A Ser Operado</b>	ESQUERDO	[1]
<b>Numero Inicial De Compressas</b>	10 UD	[1]
<b>Contagem Final De Compressas</b>	10 UD	[1]
<b>Medicações/hora</b>	FENTANIL,PROPORFOL,NAUSEDRON,DIPIRONA,DECADRON,PROFE NID QUELICN,OMEPRAZOL,KEFAZOL	[1]
<b>Tipo</b>	Elétrico.	[1]
<b>Número De Série</b>	1293	[1]
<b>Condições Da Pele Ao Término Da Cirurgia</b>	CORADA	[1]
<b>Grau De Contaminação</b>	LIMPA.	[1]
<b>Encaminhamento Do Paciente</b>	SRPA.	[1]
<b>Encaminhamento Do Paciente</b>		
<b>Horário De Saída Da S.O</b>	18:25	[1]

<b>DATA/HORA DA COLETA DOS DADOS</b>		
<b>Hora</b>	15:20	[1]

<b>OBSERVAÇÕES / INTERCORRÊNCIAS</b>		
<b>Observação</b>	PACIENTE ADMITIDA NO CC, NA SALA Nº 03 PROCEDENTE DA SUA RESIDÊNCIA PARA SUBMETER-SE AO PROCEDIMENTO DE CAVICULA ESQUERDA AOS CUIDADOS DE DR LEONARDO+ DR BRICIO E EQUIPE. CALMA, CONSCIENTE E ORIENTADA, AFEBRIL, EUPNÉICA, ACIANÓTICA EM USO DE PUNCEIRA DE IDENTIFICAÇÃO EM MSD. INSTALADO MONITORIZAÇÃO COLOCADO MONITOR MULTIPARÂMETROS + OXÍMETRO DE PULSO POSICIONADA PCTE EM MESA CIRURGICA. INÍCIO DA ANESTESIA GERAL COM TUBO NÚMERO 7,5 COM CUFF + BLOQUEIO DE PLEXO COM SUCESSO POR DR TIAGO. INÍCIO DO PROCEDIMENTO, PACIENTE REAGINDO BEM AOS CUIDADOS DA EQUIPE MEDICA. TÉRMINO DO PROCEDIMENTO COM SUCESSO SEM INTERCORRÊNCIA SEGUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE MÉDICA. TÉRMINO DA ANESTESIA. PACIENTE EXTUBADO E ASPIRADO POR DR TIAGO ENCAMINHADO PARA SRPA SOB EFEITO ANESTÉSICO, ACOMPANHADO PELA ENFERMAGEM,EM USO DE SOROTERAPIA COM AVP EM MSE + PULSEIRA DE IDENTIFICACAO + EXAMES ANEXADO + PRONTUÁRIO. FICA AOS CUIDADOS DA EQUIPE ENFERMAGEM.	[1]

<b>PÓS-OPERATÓRIO</b>		
-----------------------	--	--

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:15

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARACAJU	Posto: RPA - RECUPERACAO POS ANESTE	Leito: LR-007/1	

Professional(is): BRICIO LIMA LOBAO BITTENCOURT, MÉDICO, CRM 4126 [1]	Nº: 29925435	06/11/2018	às 16:00
---	--------------	------------	----------

**REGISTROS MÉDICOS DA EVOLUÇÃO**

Evolução Do Paciente

PACIENTE SUBMETIDA A OSTEOSINTESE EM CLAVICULAR  
ESQUERDA. PTOCEDIMENTO REALIZADO SEM INTERCORRENCIAS  
CD: VIDE PRESCRICA  
ORIENTADA MEDICADA

[1]





ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:15

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARACAJU	Posto: RPA - RECUPERAÇÃO POS ANESTE	Leito: LR-007/1	

Profissional(is): BRICIO LIMA LOBAO BITTENCOURT, MÉDICO, CRM 4126 [1]	Nº: 29925602	06/11/2018	às 16:03
---	--------------	------------	----------

DIAGNÓSTICO		
Diagnóstico Cirúrgico	S420 FRATURA DA CLAVICULA	[1]
DADOS DA CIRURGIA		
Cirurgião	BRICIO BITTENCOURT	[1]
1º Auxiliar	LEONARDO PASSOS	[1]
Anestesista	THIAGO MACHADO	[1]
Descrição Cirúrgica	PACIENTE EM DECUBITO DORSAL SOB ANESTESIA REALIZADA ASSEPSIA E ANTI-SEPSIA COLOCAÇÃO DOS CAMPOS CIRÚRGICOS ESTERILIZADOS INSCRIÇÃO SOBRE CLAVICULA ESQUERDA DIVULSAO POR PLANOS HEMOSTASI DOS VASOS SANGÜÍFEROS REDUÇÃO DO FOCO DE FRACTURA APOSICIONADA PLACA DE RECONSTRUÇÃO COM PARAFUSOS CORTICAIS SUTURA CURATIVO TIPOIA	[1]



ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:16

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARAÇAJU	Posto: RPA - RECUPERACAO POS ANESTE	Leito: LR-007/1	

Profissional(is): ELISANGELA SANTOS SAMPAIO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, COREN 726275 [1]	Nº: 29928648 06/11/2018 às 17:13
--	----------------------------------

DADOS DA ADMISSÃO		
Data Da Cirurgia	06/11/2018	[1]
Cirurgia	FRATURA DE CAVICULA	[1]
Equipe Cirúrgica	DR LEONARDO DR BRICIO	[1]
ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA		
Identificação Do Paciente	SIM.	[1]
Prontuário Ativo	SIM.	[1]
Opme Checado Em Sala Cirurgica	SIM.	[1]
Equipamentos Checados Em Sala Cirurgica	SIM.	[1]
Alergias Do Paciente São Conhecidas	Não.	[1]
Medicações Anestésicas Checadas Em Sala Cirurgica	SIM.	[1]
Confirmação De Reserva E Disponibilidade De Hemocomponentes Se Risco De Perda Sanguínea	Não.	[1]
Via Aérea Difícil	Não.	[1]
Confirmação De Vaga Em Uti	Não se aplica.	[1]
ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA		
Todos Os Membros Da Equipe Se Apresentaram Pelo Nome E Função	SIM.	[1]
Lateralidade Do Procedimento	ESQUERDA.	[1]
Paciente Certo	SIM.	[1]
Sítio Cirúrgico Identificado	SIM.	[1]
ANTECIPAÇÃO EVENTOS CRÍTICOS		
Há Material/Instrumental Específico Para O Procedimento A Ser Realizado	SIM.	[1]
Checagem Completa Dos Equipamentos	SIM.	[1]
Antibioticoprofilaxia Realizada Nos Últimos 60 Minutos	SIM.	[1]
Checagem Completa Das Medicações Anestésicas	SIM.	[1]
Esterilização Do Material Confirmada E Validada	SIM.	[1]
AO TÉRMINO DO PROCEDIMENTO		
Orientação De Posicionamento De Membros	SIM.	[1]
Todos Os Registros Relativos Ao Procedimento Devidamente Realizados	SIM.	[1]
As Contagem De Instrumentais Cirurgicos, Compressas E Agulhas Estão Corretas	SIM. ABERTAS EM MESA 10 COMPRESSAS USADAS E CONFERIDAS 10 COMPRESSAS	[1]
Amostra Para Anatomia Patologica Está Identificada E Acondionada Corretamente	Não se aplica.	[1]
Preenchimento De Guias E/Ou Relatórios Pelo Médico Cirurgião	SIM.	[1]
Manter Cabeceira Do Leito Elevado 30 A 45 Graus	Sim.	[1]
Orientação De Cuidados Com Drenos E Sondas	Não.	[1]



## RESUMO DE ALTA / TRANSFERÊNCIA

Página 1 de 1

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:16

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARACAJU	Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	Leito: ENF03/3	
Profissional(is): FRANCIS LIMA DE VASCONCELOS, MÉDICO, CRM 3911 [1]		Nº: 29953288	07/11/2018 às 10:26
<b>RESUMO CLÍNICO</b>			
Evolução E Intercorrências	Paciente no 1o DPO, assintomático. FO seca e limpa. CD. ALTA c orientações		[1]



ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:16

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARACAJU	Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	Leito: ENF03/3	

Profissional(is): FRANCIS LIMA DE VASCONCELOS, MÉDICO, CRM 3911 [1]	Nº: 29953160	07/11/2018	às 10:24
---	--------------	------------	----------

## REGISTROS MÉDICOS DA EVOLUÇÃO

Evolução Do Paciente

Paciente no 1o DPO, assintomatico. FO seca e limpa. CD. ALTA c orientacoes

[1]

## EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM INTERNAÇÃO

ULTRA SOM SERV MED LTDA - HGS

20/02/2019 15:16

Paciente: IRACI VIEIRA RAMOS	Dt. Nasc.: 11/02/1987	Atendimento: 54731082	Prontuário: 16457702
Convênio: HAPVIDA ARACAJU	Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	Leito: ENF03/3	
Profissional(is): ADRIANA DOS SANTOS, ENFERMEIRO(A), COREN 274983 [1]		Nº: 29947768	07/11/2018 às 08:34
<b>EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM</b>			
Evolução de enfermagem		ENCAMINHADA PARA BANHO DE ASPERSÃO, SEM INTERCORRÊNCIAS.	[1]
<b>DISPOSITIVOS</b>			
Acesso Venoso Periférico		Sim	[1]





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**DATA:**

26/11/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**DATA:**

27/11/2019

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRIÇÃO:**

O agigantamento do volume de ações contra as seguradoras do consórcio DPVAT ajuizadas nesta Unidade quando, em verdade, devem tramitar em outro Juízo, acaba por prejudicar a Justiça local e os Jurisdicionados desta comarca. A divisão de competência como apresentado na Lei Orgânica do Tribunal serve dentro dos limites do foro/comarca, não abarcando matérias de outra circunscrição pois, do contrário, poderíamos alegar que a Vara de Trânsito é competente para apreciar ações que versam sobre acidentes de trânsito (ou DPVAT, ou delitos de trânsito etc.) de todo o País. Evidentemente, não. A divisão, repita-se, serve para o foro de Aracaju/SE. Por isso, DECLARO a incompetência e DETERMINO A REMESSA dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de domicílio da autora. Determino a BAIXA POR REDISTRIBUIÇÃO no SCP (Sistema de Controle Processual). Intimem-se. Aracaju/SE, 27 de novembro de 2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940601826 - Número Único: 0065244-36.2019.8.25.0001

Autor: IRACI VIEIRA RAMOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Declaração >> Incompetência

*Cls.*

Trata-se de Ação de Cobrança proposta por **IRACI VIEIRA RAMOS** em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, na qual alega, em apertada síntese, que não recebeu o valor correto a título de indenização do seguro obrigatório.

Pois bem.

Ao compulsar detidamente os autos, verifico que a competência para o processamento e julgamento da presente demanda não é desta Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito.

A teor do que dispõe a Súmula 540 do STJ, "*na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu*".

Vê-se que a presente demanda não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses. O domicílio da autora é em **Nossa Senhora do Socorro/SE**; o endereço daré é no **Rio de Janeiro/RJ**, ainda, foi em **Nossa Senhora do Socorro/SE** que se deu acidente de trânsito que ensejou a indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Ora, na cobrança de seguro obrigatório, o autor tem a opção de ajuizar a ação no foro do lugar do fato, do seu domicílio ou do réu. Pelo que se depreende dos autos, o acidente mencionado na inicial ocorreu na cidade em que o autor reside.

No mais, tendo em vista que a ré tem **sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ**, deve-se observar os termos do art. 53, inc. III, alínea "a", do CPC, segundo o qual "*é competente o foro: (...) do lugar: a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica*". Outrossim, não é caso de aplicar o disposto no artigo 53, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, por não se tratar de obrigação contraída pela sucursal da ré nesta Comarca de Aracaju/SE. É dizer, o ajuizamento da ação na comarca onde a seguradora requerida tem filial **não se enquadra nas hipóteses legais**, contrariando a orientação jurisprudencial sobre o tema.

Não se pode invocar, também, o art. 46 (demanda de natureza pessoal) pois o que se observa é o ajuizamento no foro do domicílio de uma das filiais da seguradora, enquanto a autora reside em **Nossa Senhora do Socorro/SE**, comarca diversa da capital sergipana.

E não se pode dizer que, por se tratar de competência relativa, não pode ser declinada de ofício, consoante a Súmula 33 do STJ que, no caso, não deve ter caráter absoluto pois, conquanto relativa, a determinação da competência não é livre, devendo a escolha se ater aos fatores (no caso, domicílio do autor, do réu ou do local do acidente) que ligam uma causa a determinado órgão jurisdicional.

Ora, a liberdade da parte de ajuizar a demanda de acordo com os ditames processuais não se confunde com a “escolha do foro unicamente em função da filial”, especialmente quando a opção é prejudicial à administração da Justiça, ao exercício do direito de defesa do acionado (tendo em vista o local em que ocorreu o acidente automobilístico) e aos interesses do demandante hipossuficiente (domiciliado em distante cidade), que se veria obrigado a deslocar-se para comparecimento nesta comarca (no momento, por exemplo, de elaboração de laudo pericial).

Não se ignora que incompetência relativa deva ser arguida por meio de exceção, não podendo o Juiz decliná-la de ofício, segundo a Súmula 33 do STJ. ***Contudo, a questão que se apresenta é de manobra jurídica e evidente lesão à parte e ao jurisdicionado da Comarca (ante a sobrecarga desta unidade)***, o que possibilita, portanto, a flexibilização da norma contida na súmula citada, até porque a liberdade de escolha deve se ater às regras específicas, como já se disse, não podendo afrontar interesse público relevante.

Neste sentido:

*"Conflito negativo de competência. Ação de cobrança de seguro DPVAT proposta em foro diverso do domicílio das partes e do local do acidente. Reconhecimento de ofício da incompetência territorial. Necessidade. Relativização do teor da Súmula 33, do STJ, quando proposta a ação em manifesto desacordo com as regras ordinárias de competência. Possibilidade, para preservação do princípio do juiz natural, da legislação processual e das normas de organização judiciária. Conflito julgado procedente para declarar a competência do Juízo suscitante." (TJSP. 0062035-74.2015.8.26.0000. Conflito de competência Relator(a): Salles Abreu (Pres. Seção de Direito Criminal); Comarca: Diadema; Órgão julgador: Câmara Especial; Data do julgamento: 15/02/2016; Data de registro: 17/02/2016).*

**“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO (DPVAT). COMPETÊNCIA. 1. Na ação de cobrança de seguro obrigatório o autor tem a opção de ajuizar a ação no foro do lugar do fato, do seu domicílio ou do réu. Inteligência da Súmula nº 10, do TJ/SP. 2. É lícito ao magistrado declinar de ofício da competência territorial, se na distribuição do feito o autor deixou de observar qualquer uma das possibilidades que lhe faculta a lei. Decisão mantida. Recurso improvido” (TJSP, AI n.º 2060658-05.2013.8.26.0000, rel. Des. Felipe Ferreira, 26ª Câmara de Diretoria Privada, J. em 18.12.2013)**



*“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) -DEMANDA AJUIZADA NO LOCAL DO ESCRITÓRIO DOS PATRONOS DO AUTOR E UMA DAS FILIAIS DA RÉ MERA COMODIDADE - INCOMPETÊNCIA DECLÍNIO “EX OFFICIO” INTERESSE PÚBLICO -POSSIBILIDADE A questão que se apresenta é de que a escolha de foro não se ateve à regra legal, sobressaindo-se interesse do advogado com evidente lesão ao jurisdicionado da Comarca, que fica sobrecarregada, e à parte, o que possibilita, portanto, o exame da competência de ofício, diante do interesse público envolvido. Agravo não provido” (TJSP, AI n.º 2005530-97.2013.8.26.0000, rel. Des. José Malerbi, 35ª Câm. de Dir. Priv., J. em 05.08.2013)*

*EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - Acidente de Trânsito - DPVAT - Ação proposta no domicílio de uma agência da ré que não tem nenhuma ligação com o objeto da demanda - Não observância do art. 100, i. IV, alínea 'b' do CPC - Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (Agravo de Instrumento nº 0073088-23.2013.8.26.0000 36ª Câm. de Dir. Privado, Des. Renato Rangel Desinano, j. 16.05.2013).*

*“Agravo de Instrumento. Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT. Ação proposta contra Seguradora integrante do pool no foro de uma de suas filiais, onde se encontra domiciliado o advogado do Autor. Competência relativa. **Exceção de incompetência acolhida, determinando a remessa dos autos para o foro do local do acidente. Admissibilidade.** As regras de fixação de competência visam atender o interesse das partes e não dos seus patronos. Interpretação do artigo 100, IV, a e parágrafo único, do CPC. Recurso desprovido.” (Agravo de Instrumento nº 0144886- 78.2012.8.26.0000, Rel. Pedro Baccarat, j. 09/08/2012).*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - Decisão que, de ofício, declarou a incompetência da Vara Cível de Assis - Em regra, a incompetência relativa não deve ser declarada de ofício, devendo ser provocada pelo réu - Ausência, no entanto, de ligação entre o foro em que foi proposta a ação e as partes, o pedido, e a causa de pedir - Ação proposta na Comarca de Assis única e exclusivamente por se tratar do escritório do advogado do autor - Possibilidade, neste caso, de declaração de incompetência relativa de ofício -RECURSO NÃO PROVIDO. (AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0260560-07.2012.8.26.0000 22ª Câm. de Direito Privado, Des. Fernandes Lobo, j. 07.03.2013).*

Adoutrina, ao manifestar-se sobre o assunto, aponta ainda afronta ao princípio do Juiz Natural ante a evidente “escolha do Juízo”. Isto porque há possibilidade de ingresso da



ação em qualquer localidade, o que poderia acarretar a escolha do Juízo, eis que várias são as filias das seguradoras do consórcio DPVAT espalhadas por diversos municípios.

Assim, apesar da competência territorial ser relativa, conforme acima já explanado, não se pode permitir afronta ao princípio do Juiz natural, de modo que a parte possa escolher a unidade em que pretende litigar. Ora, está superada a figura do “juiz passivo”, visto apenas como a “boca da lei”, cabendo agora um papel ativo, interpretando a lei segundo os princípios e normas constitucionais. Não se pode, assim, fechar os olhos para manobras processuais, cuja única finalidade é burlar a competência instituída na legislação.

Para Diego Jardim Feitosa (*in*FEITOSA, Diego Jardim. *Comentários a Súmula nº 540, do STJ, e a afronta ao princípio do juiz natural* Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 09 out 2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/50399/comentarios-a-sumula-no-540-do-stj-e>. Acesso em: 09 out 2019), “a escolha do juízo, em alguns casos, se torna por demais evidente. Constata-se que o autor é de uma cidade, o acidente ocorreu em outra, porém o ingresso da ação se deu em uma terceira. Não se sabe, nessa senda, se a escolha se deu **por causa do entendimento do Juiz, pela celeridade da unidade judiciária ou se por comodidade do escritório de advocacia**” – grifei.

Situações como essa vem acontecendo frequentemente, existindo decisões, como as acima transcritas, que buscam coibir tais atos. Assim, a questão vai muito além de “competência ou incompetência relativa”, mas se trata de ofensa aos princípios da Legalidade e do Juiz Natural, pois demonstra a escolha, pela parte autora, do juízo “que melhor lhe convém”, ao arrepio das normas que estabelecem a divisão da prestação jurisdicional.

Ora, observando-se a “regra” utilizada pelo autor, praticamente todas as comarcas do país seriam competentes, ante a diversidade de filiais da seguradora requerida.

De outra banda, a Lei Complementar nº 274/2016, que alterou o Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, ao dispor sobre a competência desta Unidade Jurisdicional, assim determina:

*“15) compete à Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito processar e julgar as causas cíveis e as causas cíveis de menor complexidade definidas na Lei dos Juizados Especiais, **que envolvam danos materiais e morais decorrentes de acidentes de trânsito, isolados ou cumulativamente, bem como ações que envolvam contratos de seguro referente a veículos terrestres, e ainda seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, excetuadas as de competência das varas da infância e da juventude, fazenda pública, execução fiscal, falência e recuperação judicial, acidente de trabalho, do Juizado da Fazenda Pública e de qualquer outra vara especializada; e processar e julgar as infrações penais previstas na legislação de trânsito, ressalvada a competência de outra Vara em crimes conexos e do procedimento criminal de Juizado Especial, e cumprir as cartas precatórias de sua competência cível e criminal.***

Apesar de aparentemente se encaixar no rol de competências desta Vara, eis que tem como pedido a complementação de seguro DPVAT, não se obedeceu a competência de foro, como já dito.

A questão vai adiante: quando o item 15 do anexo afirma que a Vara de Acidentes e de Delitos de Trânsito é competente para “*processar e julgar as causas cíveis e as causas cíveis de menor complexidade definidas na Lei dos Juizados Especiais, que envolvam danos materiais e morais decorrentes de acidentes de trânsito, isolados ou cumulativamente, bem como ações que envolvam contratos de seguro referente a veículos terrestres*” está **implicitamente entendido que são causas que devem tramitar no foro da Comarca de Aracaju. Ora, do contrário, poderíamos dizer que a Vara de Trânsito de Aracaju seria competente para julgar qualquer ação** (um acidente de trânsito ocorrido em Propriá/SE, por exemplo, deveria obrigatoriamente ser julgado pela Vara de Trânsito, o que não é verdade...). Isto porque deve-se levar em consideração **o conceito de foro competente, depois a Vara competente e assim sucessivamente.**

O agigantamento do volume de ações contra as seguradoras do consórcio DPVAT ajuizadas nesta Unidade quando, em verdade, devem tramitar em outro Juízo, acaba por prejudicar a Justiça local e os Jurisdicionados desta comarca.

A divisão de competência como apresentado na Lei Orgânica do Tribunal serve dentro dos limites do foro/comarca, não abarcando matérias de outra circunscrição pois, do contrário, poderíamos alegar que a Vara de Trânsito é competente para apreciar ações que versam sobre acidentes de trânsito (ou DPVAT, ou delitos de trânsito etc.) de todo o País. Evidentemente, não. **A divisão, repita-se, serve para o foro de Aracaju/SE.**

Por isso, DECLARO a incompetência e DETERMINO A REMESSA dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de domicílio da autora.

Determino a BAIXA POR REDISTRIBUIÇÃO no SCP (Sistema de Controle Processual).

Intimem-se.

Aracaju/SE, 27 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO RODRIGUES NETO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 27/11/2019, às 12:12:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003042850-49**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**DATA:**

03/12/2019

**MOVIMENTO:**

Remessa

**DESCRIÇÃO:**

...DECLARO a incompetência e DETERMINO A REMESSA dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de domicílio da autora. Determino a BAIXA POR REDISTRIBUIÇÃO no SCP (

**LOCALIZAÇÃO:**

Distribuidor do Fórum Des. Artur Oscar de Oliveira Deda (N.Sra. do Socorro – Centro)

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**DATA:**

05/12/2019

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Processo registrado no(a) 1ª Vara Cível de Socorro, sob o nº 201988002001

**LOCALIZAÇÃO:**

Distribuidor do Fórum Des. Artur Oscar de Oliveira Deda (N.Sra. do Socorro – Centro)

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO**  
**Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

06/12/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO**  
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

16/12/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

DESPACHO Processo nº: 201988002001 A presunção a que alude o art. 99, § 3º do CPC não é absoluta, cabendo à parte comprovar sua condição de hipossuficiência se o magistrado entender que é devido. Nesse sentido: STJ, AgRg. No AREsp. 136.756/MS: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. VALORAÇÃO DA PROVA. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. JUNTADA. DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. NAO PROVIMENTO. 1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais. Reapreciação de matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a sua impossibilidade no custeio das custas e despesas processuais, juntando aos autos cópia de fatura de Energia com a inclusão da Tarifa Social, comprovação de inclusão em programas sociais do Governo Federal e/ou Estadual, declaração de isento de Imposto de renda, contemporaneidade de gozo do benefício de auxílio-desemprego ou qualquer outro documento idôneo capaz de esclarecer a mencionada impossibilidade, sob pena de ser indeferida a gratuidade de plano, independentemente de nova intimação. Ressalte-se, ainda, que a cópia da CTPS com as páginas em branco não comprovam a situação de insuficiência econômica da parte autora, visto que a mesma pode estar exercendo suas atividades laborais de modo informal ou autônomo. Percebo, ainda, que a parte autora anexou comprovante de residência em nome de terceiro. Intime-se a parte requerente, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de residência em nome próprio ou, devendo se for o caso, anexar aos autos cópia do contrato de aluguel ou outro documento idôneo capaz de comprovar a sua residência no município de Nossa Senhora do Socorro, sob pena de indeferimento da inicial. Nossa Senhora do Socorro (SE), 13 de dezembro de 2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
1ª Vara Cível de Socorro**

Nº Processo 201988002001 - Número Único: 0065244-36.2019.8.25.0001

Autor: IRACI VIEIRA RAMOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

Processo nº: 201988002001

A presunção a que alude o art. 99, § 3º do CPC não é absoluta, cabendo à parte comprovar sua condição de hipossuficiência se o magistrado entender que é devido. Nesse sentido:

STJ, AgRg. No AREsp. 136.756/MS: “AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. VALORAÇÃO DA PROVA. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. JUNTADA. DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. NAO PROVIMENTO. 1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais. Reapreciação de matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça”.

Dessa forma, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a sua impossibilidade no custeio das custas e despesas processuais, juntando aos autos **cópia de fatura de Energia com a inclusão da Tarifa Social, comprovação de inclusão em programas sociais do Governo Federal e/ou Estadual, declaração de isento de Imposto de renda, contemporaneidade de gozo do benefício de auxílio-desemprego ou qualquer outro documento idôneo capaz de esclarecer a mencionada impossibilidade, sob pena de ser indeferida a gratuidade de plano, independentemente de nova intimação.**

Ressalte-se, ainda, que a cópia da CTPS com as páginas em branco não comprovam a situação de insuficiência econômica da parte autora, visto que a mesma pode está exercendo suas atividades laborais de modo informal ou autônomo.

Percebo, ainda, que a parte autora anexou comprovante de residência em nome de terceiro. **Intime-se a parte requerente, para no prazo de 15 (quinze) dias**, juntar aos autos comprovante de residência em nome próprio ou, devendo se for o caso, anexar aos autos cópia do contrato de aluguel ou outro documento idôneo capaz de comprovar a sua residência no município de Nossa Senhora do Socorro, sob pena de indeferimento da inicial.

Nossa Senhora do Socorro (SE), 13 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **ENEIDA LUPINACCI COSTA, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Socorro**, em 16/12/2019, às 08:11:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003208452-70**.

---





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO  
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

21/01/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR - 11154}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO/SE

Processo n.º. 201988002001

**IRACI VIEIRA RAMOS**, já devidamente qualificada nos Autos do processo em epígrafe, por seu advogado que abaixo subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada da declaração de residência em anexo, bem como o seu último contrato de trabalho no valor de 1 salário mínimo com data de saída em 19 de Agosto de 2019, estando a Autora, na presente data, desempregada.

Termos em que,

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 20 de janeiro de 2020

Ednaldo Bezerra da Silva Júnior

OAB/SE, 11.154

**DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS****ANO BASE: 2019****Nome**

IRACI VIEIRA RAMOS

**Endereço do imóvel**

RUA 13 LOT SAO BRAZ - 109 - 112 - SAO BRAZ N SRA DO SOCORRO SE 49160-000

**Inscrição**

298.057.447.4022.000

**Matrícula**

779121.6

**Sequencial**

1771068

**Sr. Cliente,****Atendendo a Lei nº 12.007/2009, informamos abaixo os pagamentos:**

FATURA	SITUAÇÃO	DATA DA SITUAÇÃO	VALOR
05/2019	PAGA	03/06/2019	92,16
06/2019	PAGA	19/07/2019	85,56
07/2019	PAGA	14/08/2019	85,73
08/2019	PAGA	16/09/2019	85,41
09/2019	PAGA	15/10/2019	87,10
10/2019	PAGA	08/11/2019	86,32
11/2019	PAGA	29/11/2019	86,10
TOTAL			608,38

Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano de 2019.

§ 1º do art. 2º Somente terão direito à declaração de quitação anual de débitos os consumidores que quitarem todos os débitos relativos ao ano em referência.



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

129.72046.76-7

1577037

003-0

SE

Inaci Vieira Romão





## IRACI VIEIRA RAMOS

FILIAÇÃO.....: JOSÉ CARLOS RAMOS  
IRAILDES VIEIRA RAMOS  
NASCIMENTO.....: 11/02/1987      SEXO: FEMININO  
ESTADO CIVIL....: SOLTEIRO  
NATURALIDADE: MARUIM - SE  
DOCUMENTO.....: RG 34362005 SSP SE

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF: 048.433.865-02

CNH:

TIT. ELEITOR:

SEÇÃO:

ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: PAT - POSTO DE ATENDIMENTO - 15/12/2008

*Assinatura de José Carlos Ramos*  
ASSINATURA DO EMITENTE

LEGN	DATA DE NASC. DE	DOCUMENTO	ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	MOTIVO
1 - TITULO	1 - 11	1 - 34362005		
2 - TITULO	2 - 11	2 - 34362005		
3 - TITULO	3 - 11	3 - 34362005		
4 - TITULO	4 - 11	4 - 34362005		
5 - TITULO	5 - 11	5 - 34362005		
6 - TITULO	6 - 11	6 - 34362005		
7 - TITULO	7 - 11	7 - 34362005		
8 - TITULO	8 - 11	8 - 34362005		
9 - TITULO	9 - 11	9 - 34362005		
10 - TITULO	10 - 11	10 - 34362005		
11 - TITULO	11 - 11	11 - 34362005		
12 - TITULO	12 - 11	12 - 34362005		
13 - TITULO	13 - 11	13 - 34362005		
14 - TITULO	14 - 11	14 - 34362005		
15 - TITULO	15 - 11	15 - 34362005		
16 - TITULO	16 - 11	16 - 34362005		
17 - TITULO	17 - 11	17 - 34362005		
18 - TITULO	18 - 11	18 - 34362005		
19 - TITULO	19 - 11	19 - 34362005		
20 - TITULO	20 - 11	20 - 34362005		
21 - TITULO	21 - 11	21 - 34362005		
22 - TITULO	22 - 11	22 - 34362005		
23 - TITULO	23 - 11	23 - 34362005		
24 - TITULO	24 - 11	24 - 34362005		
25 - TITULO	25 - 11	25 - 34362005		
26 - TITULO	26 - 11	26 - 34362005		
27 - TITULO	27 - 11	27 - 34362005		
28 - TITULO	28 - 11	28 - 34362005		
29 - TITULO	29 - 11	29 - 34362005		
30 - TITULO	30 - 11	30 - 34362005		
31 - TITULO	31 - 11	31 - 34362005		
32 - TITULO	32 - 11	32 - 34362005		
33 - TITULO	33 - 11	33 - 34362005		
34 - TITULO	34 - 11	34 - 34362005		
35 - TITULO	35 - 11	35 - 34362005		
36 - TITULO	36 - 11	36 - 34362005		
37 - TITULO	37 - 11	37 - 34362005		
38 - TITULO	38 - 11	38 - 34362005		
39 - TITULO	39 - 11	39 - 34362005		
40 - TITULO	40 - 11	40 - 34362005		
41 - TITULO	41 - 11	41 - 34362005		
42 - TITULO	42 - 11	42 - 34362005		
43 - TITULO	43 - 11	43 - 34362005		
44 - TITULO	44 - 11	44 - 34362005		
45 - TITULO	45 - 11	45 - 34362005		
46 - TITULO	46 - 11	46 - 34362005		
47 - TITULO	47 - 11	47 - 34362005		
48 - TITULO	48 - 11	48 - 34362005		
49 - TITULO	49 - 11	49 - 34362005		
50 - TITULO	50 - 11	50 - 34362005		
51 - TITULO	51 - 11	51 - 34362005		
52 - TITULO	52 - 11	52 - 34362005		
53 - TITULO	53 - 11	53 - 34362005		
54 - TITULO	54 - 11	54 - 34362005		
55 - TITULO	55 - 11	55 - 34362005		
56 - TITULO	56 - 11	56 - 34362005		
57 - TITULO	57 - 11	57 - 34362005		
58 - TITULO	58 - 11	58 - 34362005		
59 - TITULO	59 - 11	59 - 34362005		
60 - TITULO	60 - 11	60 - 34362005		
61 - TITULO	61 - 11	61 - 34362005		
62 - TITULO	62 - 11	62 - 34362005		
63 - TITULO	63 - 11	63 - 34362005		
64 - TITULO	64 - 11	64 - 34362005		
65 - TITULO	65 - 11	65 - 34362005		
66 - TITULO	66 - 11	66 - 34362005		
67 - TITULO	67 - 11	67 - 34362005		
68 - TITULO	68 - 11	68 - 34362005		
69 - TITULO	69 - 11	69 - 34362005		
70 - TITULO	70 - 11	70 - 34362005		
71 - TITULO	71 - 11	71 - 34362005		
72 - TITULO	72 - 11	72 - 34362005		
73 - TITULO	73 - 11	73 - 34362005		
74 - TITULO	74 - 11	74 - 34362005		
75 - TITULO	75 - 11	75 - 34362005		
76 - TITULO	76 - 11	76 - 34362005		
77 - TITULO	77 - 11	77 - 34362005		
78 - TITULO	78 - 11	78 - 34362005		
79 - TITULO	79 - 11	79 - 34362005		
80 - TITULO	80 - 11	80 - 34362005		
81 - TITULO	81 - 11	81 - 34362005		
82 - TITULO	82 - 11	82 - 34362005		
83 - TITULO	83 - 11	83 - 34362005		
84 - TITULO	84 - 11	84 - 34362005		
85 - TITULO	85 - 11	85 - 34362005		
86 - TITULO	86 - 11	86 - 34362005		
87 - TITULO	87 - 11	87 - 34362005		
88 - TITULO	88 - 11	88 - 34362005		
89 - TITULO	89 - 11	89 - 34362005		
90 - TITULO	90 - 11	90 - 34362005		
91 - TITULO	91 - 11	91 - 34362005		
92 - TITULO	92 - 11	92 - 34362005		
93 - TITULO	93 - 11	93 - 34362005		
94 - TITULO	94 - 11	94 - 34362005		
95 - TITULO	95 - 11	95 - 34362005		
96 - TITULO	96 - 11	96 - 34362005		
97 - TITULO	97 - 11	97 - 34362005		
98 - TITULO	98 - 11	98 - 34362005		
99 - TITULO	99 - 11	99 - 34362005		
100 - TITULO	100 - 11	100 - 34362005		

03

# CONTRATO DE TRABALHO

Empresa F & P EMP TURÍSTICOS LTDA - ME

CNPJ: 09.143.133/0001-91

End.: R Ver Joaquim Mauricio C Filho, 292

CEP: 49035-750 Cidade: Aracaju

SE

Esp. do estabelecimento: POUSADA

Cargo: CAMAREIRO (A)

CBO 513315

Data admissão: 09/04/2018

Registro nº

Folha: 112

Remuneração especificada:

957,00 ---//---

( Novecentos e Cinquenta e Sete Reais )

F&P EMP TURÍSTICOS LTDA

Ana Patricia Faro Passos  
Sócia Administradora

DATA DE SAÍDA

19 DE 08 DE 19

F&P EMP TURÍSTICOS LTDA - ME

Ana Patricia Faro Passos  
Sócia Administradora

DISPENSA CD N

Nº DA CONTRA



719 *Journal of Management Education* 37(6)

14/11/2011  
Jaya Prakash Singh  
Jaya Singh

19 08  
FBI DAY 2008 LTA-ME

**APPROVED**  
 And Perry, Prison  
 And

10



19



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO  
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

17/02/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO**  
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

18/03/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

DESPACHO Defiro a gratuidade. Compulsando os autos, contemplo que, pela natureza da demanda, é difícil a solução consensual do feito, uma vez que nas mais diversas situações semelhantes, a seguradora não ofereceu nenhuma proposta de acordo. No intuito de cumprir o preceito do art. 4º, do CPC, e aplicar o princípio da eficiência previsto no art. 8º, do CPC, deixo de marcar audiência de conciliação, sem prejuízo de designação posterior, caso a parte demandada manifeste interesse em sua peça defensiva. Assim, cite-se o réu para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova. Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos Nossa Senhora do Socorro, 17 de março de 2020. Eneida Lupinacci Costa Juíza de Direito

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**1ª Vara Cível de Socorro**

---

Nº Processo 201988002001 - Número Único: 0065244-36.2019.8.25.0001

Autor: IRACI VIEIRA RAMOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

Defiro a gratuidade.

Compulsando os autos, contemplo que, pela natureza da demanda, é difícil a solução consensual do feito, uma vez que nas mais diversas situações semelhantes, a seguradora não ofereceu nenhuma proposta de acordo.

No intuito de cumprir o preceito do art. 4º, do CPC, e aplicar o princípio da eficiência previsto no art. 8º, do CPC, deixo de marcar audiência de conciliação, sem prejuízo de designação posterior, caso a parte demandada manifeste interesse em sua peça defensiva.

Assim, cite-se o réu para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova.

Após o decurso do aludido prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos

Nossa Senhora do Socorro, 17 de março de 2020.

**Eneida Lupinacci Costa**

**Juíza de Direito**





Documento assinado eletronicamente por **ENEIDA LUPINACCI COSTA, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Socorro, em 18/03/2020, às 11:24:25**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000612548-82**.



**Poder Judiciário**  
**Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO**  
**Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

18/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Elaboração da Carta de Citação de nº 202088001191.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CIVIL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO**  
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201988002001

**DATA:**

19/03/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202088001191 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737] <br/><br/> {Destinatário(a):  
SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
1ª Vara Cível de Socorro  
R. Manoel Passos, Fórum Arthur Oscar de O. Deda  
Bairro - Centro Cidade - N. Sra. do Socorro  
Cep - 49160000 Telefone - (79)3279-3400

Normal(Justiça Gratuita)



202088001191

PROCESSO: 201988002001 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0065244-36.2019.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: IRACI VIEIRA RAMOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Cite-se o réu para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO CARVALHO GIL, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível de Socorro**, em 19/03/2020, às 08:34:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000620168-79**.